

ATA - REUNIÃO DO CONSELHO PLENO – 10/09/2020

Aos dez dias do mês de Setembro de dois mil e vinte reuniu-se o Conselho Pleno do CMEAR, via plataforma “Google Meet”. Presentes: Adriana Teixeira, Eliana Teixeira, Adriana Maia, Amália Almeida, Sandra Cardoso, Silvia Bitencourt, Maria Andreia, Rosa Caloeiro, Ricardo Jacob, Leila Haddad, Eva Patrícia e Luís Claudio. A reunião iniciou-se as 13h 30 min com a informação de Luís Claudio sobre o encaminhamento feito na reunião anterior sobre a convocação via ofício nº041/CME/2020 à Secretaria de Educação e Secretaria de Ação Social. Sendo que a Secretaria de Ação Social não respondeu ao ofício e não enviou representante para reunião. Adriana Teixeira, Secretária Interina de Educação e Joelton representaram a Secretaria de Educação. O primeiro ponto foi a solicitação do atendimento aos estudantes com merenda escolar, com a utilização da verba do PNAE e dos recursos próprios para essa finalidade, através de cestas básicas. Adriana Teixeira informou que a Secretaria de Ação Social cadastrou e distribuiu cartões alimentação no valor de 100 reais para os estudantes das creches e educação infantil. São recursos da Ação Social. Joelton informou que os recursos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) são insuficientes, com valor muito inferior aos recursos próprios que a prefeitura destina em seu orçamento para merenda escolar na Rede. Luís Claudio questionou se os recursos para a compra de merenda, já estavam no orçamento e destinados ao pagamento da empresa que fornece alimentação aos alunos que foi suspenso, por conta de não haver aulas presenciais, esses recursos não podiam ser destinados para comprar cestas básicas ou “kit lanche” para todos os alunos. Lembrou que muitas famílias têm adolescentes que só se alimentam de forma correta nas escolas, alguns tem como única refeição a merenda escolar. Joelton informou que esses recursos foram remanejados e que são utilizados para pagar fornecimento de merenda quando as aulas presenciais retornarem e que a Secretaria de Educação não tem um setor de compras de gêneros alimentícios. O próximo ponto foi referente à institucionalização da plataforma APOIAR e a retomada do ano letivo de 2020, com a necessidade de apoio e tutoria aos estudantes para acessar as atividades e a universalização do acesso através de atividades impressas ou outro meio que seja disponibilizado a todos (as). Sobre esses pontos Adriana Teixeira informou que a secretaria fez um estudo de possíveis cenários e, em um primeiro momento, implementou o APOIAR 1 como banco de atividades e, de forma não obrigatória, para os alunos acessarem. Entretanto a situação da Pandemia não retrocedeu e houve a necessidade da elaboração de uma nova plataforma para acesso dos estudantes. Informou que não existe isenção das 800h anuais para o Ensino Fundamental, apenas houve a isenção dos 200 dias e que foi feito um levantamento pela SEC que com uma carga horária de 7 horas diárias, sendo 4h de atividade online e 3h de atividades complementares (livros didáticos, livros de apoio pedagógico e plataforma moderna) de acordo com 1º ou 2º segmento, a possibilidade de encerramento do ano letivo ao final de Janeiro de 2021. Quanto às atividades impressas para os estudantes que não tem acesso à internet, para fins de reprodução desse material, a SEC está em processo de renovação de contrato da empresa de máquinas copiadoras nas escolas e licitação de uma gráfica que fará a reprodução dos impressos, com previsão para final de Outubro ou início de Novembro. Alguns conselheiros questionaram os prazos para essa reprodução ainda sem data, pois não temos licitação de gráfica, nem contrato com a empresa das copiadoras. Carmem apresentou sua preocupação, enquanto gestora, sobre como serão reproduzidos esses materiais nas escolas e quais funcionários farão? Lembrou do isolamento e da exposição dos funcionários. Ricardo e Leila questionaram sobre

as atividades do FORMAR, se terá ampliação das atividades para aulas ou se ficará apenas como suporte e atividades de revisão. Foi questionado também sobre a necessidade de suporte técnico para assessorar professores e, principalmente para os alunos especiais que são incluídos na Escola. Adriana respondeu que será realizada adaptação das atividades aos alunos especiais e que equipe do departamento na SEC, junto às salas de recursos e escolas especiais darão suporte para essas adaptações. Assim como outras modalidades, por exemplo o EJA será contemplada com as atividades remotas e apontou a previsão de uma reunião com diretores (as) e pedagogos (as) que atuam nas etapas e modalidades da rede Municipal. Cristiane Inove retornou à questão da merenda e perguntou “ se a secretaria não está utilizando os recursos das merendas desde Abril para onde está sendo destinado esse recurso?” Joelton informou que, como já havia falado, as verbas são rubricadas e destinadas e, que nestes casos, são redirecionadas, não sabendo informar qual foi a destinação, mas que grande parte dos recursos próprios da educação foi para folha de pagamento. Houve redução na arrecadação, diminuindo os recursos previstos no orçamento e a prefeitura tem que complementar as verbas do FUNDEB, que são insuficientes. Sandra Cardoso falou sobre a necessidade da Secretaria dialogar com a rede e que poderia ter mais divulgação, assim como a participação de outros setores da rede Municipal. Apontou que ainda não temos previsão definida e será definida pela SEC e lembrou da proposta de ciclo de 2 anos (20/21) sugerida pelo MEC. Luís Claudio questionou sobre como serão orientados as aulas como novos conteúdos, se serão apresentados de forma virtual ou impressos, como seriam feitas as explanações sobre os temas. Ressaltou ainda que as atividades impressas auxiliam no acesso às atividades, mas que a SEC deveria disponibilizar acesso online para todos os alunos. Adriana Teixeira ressaltou que todos sabemos que existe um prejuízo enorme do ano letivo e aquilo que definimos como essencial ainda não dará conta, mas foi apontado para garantir um trabalho com as habilidades mínimas. Para não ser um ano letivo totalmente perdido. Falou ainda que as UEs farão avaliações diagnósticas para elencar prioridades a serem trabalhadas, lembrando que hoje a SEC poderá garantir o acesso de forma com estamos apresentando. Houve necessidade de reduzir, condensar turmas, houve retorno de RTI's e REET's para atendimento a todos os alunos e que o acesso dos especiais é mais complicado, e será necessário um esforço dos docentes e da família. O colegiado presente na reunião, mais uma vez, se colocou a disposição da SEC para dialogar e contribuir com a proposta de retorno as aulas remotas e ressaltou o fato do diálogo não ter se estabelecido anteriormente. O pleno aprovou o encaminhamento de solicitar a SEC, que no prazo máximo de 7 dias, seja apresentada/enviada ao CMEAR a proposta de ensino remoto. Adriana informou que, devido aos prazos para publicação, seguindo orientação do MPRJ, vai enviar o mais rápido possível e sugeriu ao pleno que reunissem antes do prazo de 7 dias, e que encaminhará antes para todos tenham acesso ao documento. O pleno aprovou e apontou para realização de uma reunião extraordinária no dia 14 próximo, com o compromisso de recebermos antes a proposta e que possamos contribuir com sugestões. De acordo com a proposta para próxima reunião extraordinária do pleno será solicitada a presença de representantes do Conselho de Alimentação Escolar e outros temas referentes ao regimento do CMEAR que trata de mandatos de conselheiros, assim como sobre a análise dos processos da educação escolar Quilombola e outros processos, serão encaminhados para outra reunião do Conselho Pleno. Sem mais a registrar, encerro a presente ata.